

Mulheres indígenas em centros urbanos: uma análise das publicações acadêmicas¹

Indigenous Women in Urban Centers: An Analysis of Academic Publications

Luciana Ribeiro Conz², Luciana Maria Maia³, Susana Coimbra⁴, Gabriela Suruí⁵

RESUMO: Este artigo realiza uma análise de publicações acadêmicas revisadas por pares em periódicos indexados nas bases Scopus e Web of Science, focando na presença de mulheres indígenas em contextos urbanos na América Latina, através de uma revisão integrativa da literatura. A questão central é: "Em quais instâncias as mulheres indígenas em ambientes urbanos têm sido retratadas em publicações acadêmicas ao longo do tempo?". A análise considera país, ano, área de conhecimento e autoria indígena para destacar a visibilidade dessas mulheres como protagonistas e autoras nas pesquisas. O estudo evidencia a invisibilidade histórica e sistemática das mulheres indígenas tanto nas discussões acadêmicas quanto nas políticas e sociais, o que contribui para sua marginalização contínua. Embora tenha havido um aumento de publicações sobre o tema nos últimos dez anos, ainda há lacunas significativas. O artigo enfatiza a necessidade de o campo acadêmico reconhecer a colonialidade que perpetua classificações raciais opressivas, reforçando a invisibilização das mulheres indígenas no meio científico.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas; Contextos Urbanos; Revisão Integrativa; Invisibilidade Acadêmica; Colonialidade.

ABSTRACT: This article analyzes peer-reviewed academic publications in journals indexed in Scopus and Web of Science, focusing on the presence of indigenous women in urban contexts in Latin America, through an integrative literature review. The central question is: "In what instances have indigenous women in urban settings been portrayed in academic publications over time?". The analysis considers country, year, area of knowledge, and indigenous authorship to highlight the visibility of these women as

¹ Esta pesquisa foi financiada pela CAPES – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE

² Universidade Federal de Rondônia e Universidade de Fortaleza

³ Universidade de Fortaleza

⁴ Universidade do Porto

⁵ Universidade Federal de Rondônia

protagonists and authors in research. The study highlights the historical and systematic invisibility of indigenous women in both academic and political and social discussions, which contributes to their continued marginalization. Although there has been an increase in publications on the topic in the last ten years, there are still significant gaps. The article emphasizes the need for the academic field to recognize the coloniality that perpetuates oppressive racial classifications, reinforcing the invisibility of indigenous women in the scientific community.

Keywords: Indigenous Women; Urban Contexts; Integrative Review; Academic Invisibility; Coloniality.

Introdução

Mulheres indígenas que vivem em contextos urbanos enfrentam uma série de desafios. A adaptação à ambientes urbanos, muitas vezes, envolvem lidar com a perda de conexões com a terra, cultura e língua, o que pode impactar negativamente a identidade e o bem-estar dessas mulheres (Marrero, 2007). Para além disso, a discriminação racial, cultural e de gênero, o acesso limitado a serviços básicos e a precariedade da habitação e empregos constituem desafios adicionais (Marrero, 2007; Matos, 2012). De fato, estereótipos generalizados sobre os povos indígenas podem perpetuar a marginalização das mulheres indígenas urbanas, dificultando sua participação plena na sociedade (Matos, 2012; Tuxá, 2022). A violência de gênero é uma preocupação significativa e as mulheres indígenas nas cidades, uma vez que além de estarem mais expostas à mesma, também tendem a ter menos acesso à apoio e recursos para enfrentar essa violência (Matos, 2012; Tuxá, 2022). O acesso limitado a oportunidades educacionais e econômicas contribui para a restrição da participação das mulheres indígenas urbanas na vida política e econômica da cidade (Maclean, 2018; Matos, 2012; Tuxá, 2022).

As narrativas hegemônicas negligenciam a existência indígena como uma realidade concreta (Longhini, 2022), e que ainda é mais particularmente evidente

relativamente à existência de mulheres indígenas (Grosfoguel, 2016). O processo de colonização “inventou” as mulheres indígenas colonizadas e as reduziu a seres primitivos e pré-modernos (Lugones, 2014). A discriminação das mulheres indígenas pela população não-indígena reflete-se no desconhecimento da diversidade desses povos e na ignorância sobre suas formas de produção de conhecimento e histórias (Marrero, 2007).

Os diversos grupos indígenas e, em específico as suas mulheres, historicamente têm o lugar social atravessado pelos processos de colonização e de colonialidade, que geram impactos na construção de suas próprias identidades. Esta construção se faz a partir de comparações com os grupos não-indígenas que se colocam como ideal de sujeitos e de formas legítimas de viver (Longhini, 2022; Lugones, 2014).

A lógica que categoriza e hierarquiza ser humano de não humano a partir dos conceitos de raça, gênero e sexualidade é central para o pensamento colonial moderno. Para Lugones (2014), colonialidade e modernidade caminham juntas e as organizações sociais que resistem a esse pensamento, ou aqueles que ela chama de não modernos, passam a ser vistos como menores, como pré-modernos. O prefixo pré não estaria atrelado apenas a algo que vem anteriormente, mas algo hierarquicamente menor, menos desenvolvido, menos valorizado (Lugones, 2014). Em relação às mulheres, torna-se preocupante a invisibilização dos impactos que elas têm sofrido em suas experiências de vida, uma vez que são pouco citadas em produções teóricas e acadêmicas. Os deslocamentos, migrações e mobilidades acontecem na vida tanto de indígenas homens quanto de mulheres, contudo. Além do fato de os centros urbanos invadirem as comunidades indígenas e forçarem as mulheres a se adaptarem a um contexto de vida diferente, atualmente há gerações inteiras de indígenas que já nasceram nos centros urbanos e/ou sempre viveram nesses locais. A literatura nos mostra alguns motivos que também levam as mulheres indígenas a migrarem para as cidades, incluindo fugir da

violência, procurar parentes, a falta de recursos nas comunidades, acompanhar seus esposos indígenas, seringueiros, militares e comerciantes, bem como, mais recentemente, a militância política e a busca por estudo e qualificação profissional (Nieto-Moreno, 2021).

Muitas vezes, em busca de oportunidades e qualidade de vida, as mulheres enfrentam situações de anulação, silenciamentos e violências, sem encontrar suporte adequado do Estado para garantir sua proteção e seus direitos (Matos, 2012). O contexto urbano apresenta obstáculos, como choque cultural, discriminação e falta de representatividade. Problemas como pobreza, violências, abuso de álcool e substâncias psicoativas, bem como aumento de diversas doenças e infecções, também são muito comuns (Marrero, 2007). A violência colonial nas cidades é intensificada ao classificar pessoas como menos humanas e inadequadas ao ambiente urbano, chegando ao ponto de eliminá-las em diversos aspectos, incluindo suas dimensões culturais, histórias de vida, contribuição de conhecimento (Matos, 2012). Não existe um registro exato sobre quantos/as indígenas residem na “cidade”, principalmente devido ao fato de muitos/as permanecem indo e vindo de suas aldeias. A literatura existente explora alguns poucos aspectos dessa experiência, mas ainda há muito desconhecimento sobre a abrangência e o foco desses estudos (Matos, 2012).

A negligência em relação às mulheres indígenas que vivem nas cidades é uma questão significativa que muitas vezes passa despercebida. Grande parte das discussões sobre questões indígenas, incluindo aquelas relacionadas ao gênero, historicamente focou nas comunidades rurais e em seus modos de vida tradicionais. No entanto, as mulheres indígenas que vivem nas cidades enfrentam desafios específicos que, muitas vezes, são ignorados ou subestimados (Marrero, 2007).

Lugones (2014) destaca o processo que consiste em uma “redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (Lugones, 2014, p. 939). Essa autora denomina esse processo de colonialidade, abarcando a classificação de povos em termos de colonialização de poder e gênero, permitindo-nos compreender a opressão enquanto uma interação complexa de sistemas econômicos racializantes e engendrados, principalmente quando nos referimos às mulheres indígenas, que ainda sofrem com a opressão e a subalternização.

Neste artigo, compreendemos que a intersecção atravessa a construção de experiência social das pessoas a partir dos elementos gênero, raça e classe. Dessa forma, pensamos este termo por um viés politizado, em virtude do raciocínio de que a dimensão de raça é uma das que mais segregam as pessoas, principalmente na América Latina (Lugones, 2014).

Ao nos aproximarmos das cosmogonias, culturas e histórias dos povos indígenas, é possível assumir diferentes significados para o ser mulher, incluindo seu papel em um contexto de territórios sujeitos a diversos conflitos, como invasões de terras, grilagem, exploração de recursos naturais, tráfico de animais, entorpecentes e até mesmo de pessoas (Matos, 2012; Tuxá, 2022). Todos esses elementos se destacam e são relevantes para compreender como são formados os significados e construções dos modos de vida das mulheres indígenas, especificamente em contextos urbanos. É importante reconhecermos que, essas mulheres, possuem conhecimentos, práticas e histórias diversas e específicas, muitas vezes, esquecidas dentro do genérico “índios”. Um debate que as reconheça em sua diversidade e singularidade é fundamental para que sejam reconhecidas em estudos acadêmicos, possibilitando, assim, o desenvolvimento de projetos políticos que transcendam generalizações (Longhini, 2022; Matos, 2012).

Embora haja um crescimento exponencial nos estudos de gênero e epistemologias feministas (Ribeiro et al., 2021), existe um vazio significativo de publicações com, sobre e de mulheres indígenas. Essa lacuna contribui para a desvalorização das culturas indígenas e a marginalização dos modos de ser, pensar e construir conhecimentos dessas mulheres (Marrero, 2007). No entanto, muitas mulheres indígenas têm superado tais barreiras, destacando-se em áreas do conhecimento acadêmico, na política e nas produções artísticas (ANMIGA, 2023).

O campo discursivo acadêmico tem se alterado, abarcando mais esse assunto, principalmente a partir da década de 2010, fazendo emergir as mulheres indígenas nos estudos e análises científicas. Analisar o contexto e as condições de possibilidade dessa emergência rompe com a suposta neutralidade científica e evidencia as conexões políticas, econômicas, sociais e ideológicas que atravessam a produção acadêmica. Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, diversas transformações nos países latino-americanos possibilitaram avanços significativos. Destacamos a Guinada à esquerda, as políticas afirmativas nas universidades, o ciberativismo e a quarta onda do feminismo.

A Guinada à esquerda ou Maré Rosa, nos anos 1990, marcou a ascensão de partidos de esquerda na América Latina, focando na inclusão social, combate à pobreza e desigualdades, e atenção às populações vulneráveis, incluindo os indígenas (Fernandes & Ribeiro, 2017). Esse período resultou em importantes avanços, como a eleição do primeiro presidente indígena da Bolívia, Evo Morales (Fernandes & Ribeiro, 2017; Friggeri, 2012). No entanto, a relação com os povos indígenas variou entre países, com alguns governos adotando políticas inclusivas, enquanto outros enfrentaram críticas por conflitos territoriais e socioeconômicos (Friggeri, 2012).

Na Bolívia, houve fortalecimento dos direitos indígenas, maior participação política e implementação de políticas de consulta prévia em projetos que afetassem terras indígenas. Isso resultou em maior representação política de líderes indígenas (Fernandes & Ribeiro, 2017). No Brasil, surgiram iniciativas como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, que atendeu a reivindicações do movimento indígena e promoveu a criação de cursos superiores específicos para indígenas, como o pioneiro curso de Formação de Professores Indígenas na Universidade do Estado de Mato Grosso (Oliveira, 2016).

Além disso, políticas afirmativas, como a Lei de Cotas de 2012 (Brasil, 2012), garantiram vagas para estudantes indígenas em universidades federais, enquanto várias instituições adotaram suas próprias políticas de inclusão para ampliar a participação indígena no ensino superior. Esses avanços fortaleceram o reconhecimento das culturas indígenas e promoveram sua valorização e inclusão educacional.

A internet e o avanço tecnológico têm contribuído significativamente para a articulação das pautas indígenas, tornando-as visíveis para a população não-indígena. A comunicação digital facilitou a participação de cidadãos comuns na difusão dessas causas, ultrapassando barreiras geográficas e permitindo a rápida disseminação de informações globalmente (Barreira et al., 2020; Viana, 2023). O ciberativismo, por meio das redes sociais, tem promovido causas indígenas como a demarcação de terras, o acesso à saúde e educação, e a invasão de territórios, ganhando repercussão internacional. Esse movimento fortalece redes de apoio e permite que as questões indígenas cheguem às instâncias de poder sem a manipulação da mídia oficial.

A invisibilização das questões relacionadas aos povos indígenas e, em particular às mulheres indígenas, não advém de descaso, mas, sim, de uma intenção política de genocídio, etnocídio e epistemicídio, que remonta desde a época da invasão dos territórios

na América Latina (Grosfoguel, 2016). O ciberativismo se coloca como uma das estratégias principais contra essa invisibilidade no sentido de que as mulheres indígenas se apropriam e protagonizam um lugar de fala antes coibido. Desta forma, elas conseguem desmistificar estereótipos, promovendo uma visão autêntica e plural de suas culturas, modos de vida e denunciando as violências que quais vivenciam.

O ciberativismo impulsionou a quarta onda do feminismo, que emergiu no início do século XXI e é caracterizada pela interseccionalidade e pelo uso de tecnologias digitais para mobilização e organização (Ribeiro et al., 2021; Rodrigues & Freitas, 2021). Ativistas utilizam redes sociais para conscientizar sobre questões de gênero e coordenar campanhas (Barreira et al., 2020; Ribeiro et al., 2021). Ao enfatizar a importância de considerar as interseções entre identidades sociais e formas de opressão, as mulheres indígenas têm desempenhado um papel significativo ao trazer suas próprias experiências e perspectivas para o movimento feminista (Rodrigues & Freitas, 2021; Scherer-Warren, 2013). As mulheres indígenas têm desempenhado um papel crucial ao trazer suas experiências para o movimento feminista, destacando a interseção entre gênero e identidade étnica. Elas enfrentam desafios específicos e ocupam papéis de liderança em suas comunidades. Joenia Wapichana, Sonia Guajajara, Txai Suruí, Gení Núñez e Célia Xakriabá são exemplos de mulheres indígenas que ganharam visibilidade na militância política, social e acadêmica, destacando causas indígenas antes invisibilizadas pela sociedade e ciência.

Este artigo apresenta uma revisão da literatura científica que aborda as mulheres indígenas em contextos urbanos, com o objetivo de destacar a produção sobre o tema e alcançar uma compreensão ontológica. A análise foca nas publicações dos últimos dez anos, evidenciando os avanços nesse campo. O estudo busca não apenas mapear o estado

da arte, mas também promover reflexões sobre a responsabilidade social, política, ética e metodológica na produção de conhecimento relacionada às mulheres indígenas.

Método

Para alcançar o objetivo do estudo, realizamos uma revisão de literatura. O propósito dessa revisão é reunir o conhecimento publicado sobre um determinado assunto, contribuindo para a base de um estudo significativo que possa efetivamente avançar o conhecimento. O método escolhido foi a revisão integrativa (Souza et al., 2010), que permite a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, combinando dados da literatura teórica e empírica, e a análise de estudos com diferentes métodos. Este método é particularmente aplicável em áreas de estudo ainda pouco exploradas (Ferenhof & Fernandes, 2016). A intenção é compreender amplamente o fenômeno analisado, incorporando diversos dados da literatura, como definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos (Souza et al., 2010).

Com o intuito de mapear o conhecimento acadêmico produzido ao longo do tempo e construir um panorama geral consistente, compreensível e atual sobre as mulheres indígenas em contextos urbanos, realizamos uma análise aprofundada da implicação histórica e epistemológica da academia em relação a essas mulheres. Desta forma, buscamos aproximar uma compreensão mais ampla e detalhada das contribuições e desafios enfrentados pelas mulheres indígenas no ambiente urbano.

Para orientar a revisão, seguimos os seis passos estabelecidos por Mendes et al. (2008): estabelecimento da questão de pesquisa; amostragem ou busca na literatura; categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão; interpretação dos resultados e síntese do conhecimento ou apresentação da revisão.

A partir da pergunta inicial "Em quais instâncias as mulheres indígenas em ambientes urbanos têm sido retratadas em publicações acadêmicas ao longo do tempo?",

destacamos a importância de analisar as publicações acadêmicas em periódicos indexados e revisados por pares na América Latina. Nosso objetivo é compreender a apreensão histórica e epistemológica sobre a presença das mulheres indígenas em contextos urbanos.

Buscamos artigos que fornecessem informações diretas ou indiretas sobre mulheres indígenas em centros urbanos, com o objetivo de entender suas situações, contextos e experiências. As bases de dados utilizadas foram *Scopus* e *Web of Science*, que foram escolhidas devido ao seu alcance internacional, multidisciplinar, com artigos revisados por pares, garantindo uma extensa gama de conjunto de periódicos de diferentes editores e campos de estudos, nos quais o assunto possa ter sido abordado. Não houve uma delimitação do período de publicação para permitir uma visão histórica acerca das publicações que se relacionam com o objetivo exposto, porém delimitamos os artigos publicados sobre a América Latina, pela proximidade política, histórica e geográfica da região.

O levantamento foi realizado em março de 2023 a partir dos seguintes descritores e suas combinações: *mulheres indígenas*; *indígenas*; *ciudades*; *centros urbanos*; *meio urbano* incluídos nos títulos e resumos dos artigos encontrados. Os idiomas das publicações escolhidos foram português, inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão foram: artigos completamente disponíveis; estudos nos idiomas português, espanhol e inglês; publicações de todas as áreas do conhecimento e publicações que se referiam ao contexto latino-americano, sendo teóricos ou empíricos. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, revisões de literatura e artigos não disponíveis integralmente. Foram encontrados 612 artigos e a partir deles foram realizadas três triagens. Na primeira triagem, foram lidos os resumos e excluídos aqueles que não abordavam em nenhum aspecto mulheres indígenas em cidades e os artigos duplicados, resultando em 171 artigos. Uma segunda triagem foi realizada com a leitura

dos resumos, a partir de um recorte de localidade, selecionando apenas artigos que se referem à América Latina, resultando em 101 artigos. A terceira triagem foi realizada a partir da leitura completa dos textos, eliminando artigos que não estavam disponíveis de forma completa, artigos que aparentemente, em seus resumos indicavam se referir a mulheres indígenas em contextos urbanos, porém com a leitura do texto completo, percebíamos que este objetivo não se efetua. Encerramos a terceira triagem com um total de 69 artigos, que se consolidou em nossa amostra final.

Privilegiamos, neste artigo, a análise e interpretação a partir da quadratura *país, ano, área de conhecimento e autoria indígena* para tornar visível a autoria, a localização e o período histórico que se publica sobre/com mulheres indígenas em contextos urbanos.

Resultados

Tabela 1

Quantidade, área e país por ano de publicação

Ano	Quantidade	Área	País
1992	1	Nutrição	Guatemala
1998	1	Antropologia (feminismo)	México
2003	1	Biologia	Argentina
2006	1	Sociologia	Chile
2008	2	Epidemiologia, Geografia	Brasil, Equador
2010	2	Saúde, História	Venezuela, México
2012	3	Economia Política e antropologia, sociologia, ciências sociais e saúde	Peru e México, México, Equador
2014	2	Psicologia e filosofia, Geografia	Chile, Bolívia
2015	3	Saúde Pública, Historiografia, Arte e Cinema	Brasil, México, México
2016	4	Psicologia, Geografia, Antropologia, Literatura	México, Equador, México, Peru
2017	3	Economia e Desenvolvimento Social, Educação, Gestão em Saúde	Bolívia, Chile, Colômbia
2018	7	Epidemiologia e Saúde Mental, Saúde pública, Geografia, Ciências Sociais e Antropologia, Antropologia, Comunicação, Antropologia	Guatemala, Brasil, Bolívia, México, México, Argentina, Chile
2019	11	Antropologia, Ciência Política, Antropologia, Geografia, Literatura, Antropologia, Geografia, Gastronomia e Antropologia, Antropologia, Antropologia, Antropologia	Bolívia, Equador, Chile e Bolívia, Bolívia, Brasil, México, México, México, Peru, México, Brasil
2020	7	Ciências Sociais, Sociologia, Licenciaturas, Políticas Sociais, Antropologia, Ciências Sociais e Políticas, Sociologia	México, Chile, Brasil, Peru, Argentina, México, Equador

2021	11	Sociologia, Literatura, Medicina e Saúde Materna, Filologia, Antropologia, Saúde Coletiva, Ciências Sociais, História e Gênero, Antropologia, Antropologia	Peru, Brasil, Equador, Chile, México, Colômbia, Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, México
2022	8	Educação, Ciências Sociais, Saúde, Saúde Pública, Ciências Sociais e Antropologia, História da Arte, Ciências Sociais	México, Chile, Brasil, Brasil, Brasil, México, México, Bolívia

Fonte. Elaborado pelas autoras.

Como podemos observar na Tabela 1, o primeiro artigo localizado foi publicado em 1992 na área da Nutrição. Entre 1992 e 2007, encontramos apenas quatro artigos. O primeiro foi na área da Nutrição e os outros nas áreas de Antropologia, Biologia e Sociologia, abordando os países Guatemala, México, Argentina e Chile. Em 2008, foram publicados dois artigos nas áreas de Epidemiologia e Geografia, sobre o Brasil e Equador. Em 2010, mais dois artigos foram publicados, nas áreas de Saúde e História, na Venezuela e México. Em 2012, três artigos foram publicados nas áreas de Economia Política, Antropologia, Sociologia e Ciências Sociais e Saúde, nos países Peru, México e Equador.

Não houve qualquer publicação em 2011 e 2013. Em 2014, apareceram duas publicações, uma referente ao Chile nas áreas de Psicologia e Filosofia, e outra na Geografia na Bolívia. O ano de 2015 teve três publicações: Saúde Pública no Brasil, Historiografia no México e Arte e Cinema também no México. Em 2016, houve quatro publicações: Psicologia no México, Geografia no Equador, Antropologia no México e Literatura no Peru. Já em 2017, foram três publicações: Economia e Desenvolvimento Social na Bolívia, Educação no Chile e Gestão em Saúde na Colômbia.

Gostaríamos de destacar o ano de 2018, no qual as publicações aumentam consideravelmente, partindo de três para sete artigos: Epidemiologia e Saúde Mental na Guatemala, Saúde Pública, no Brasil, Geografia na Bolívia, dois artigos na área das Sociais e Antropologia no México, Comunicação, na Argentina e mais um de Antropologia, no Chile. Em 2019 este número passa para onze artigos, sendo a maioria na Antropologia, com sete artigos espalhados pelos países Bolívia, Chile, México, Peru e

Brasil, havendo ainda publicações nas áreas de Ciências Políticas, Geografia, Licenciatura e Gastronomia. Nos anos seguintes o padrão se mantém, entre os países e as áreas, tendo sido encontrados sete, onze e oito, nos anos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Tabela 2

Artigos com autoria indígena declarada no corpo do texto

Ano	País	Área do conhecimento	Etnia
2010	Venezuela	Saúde	Arawak
2014	Chile	Psicologia, Filosofia e Cultura	Aimara
2021	Brasil	Saúde Pública e Antropologia	Estado do Amazonas (não define a etnia)
2021	México	Antropologia Social	Nahua
2022	Chile	Ciências Sociais	Mapuche
2022	México	Educação	Otomí

Fonte. Elaborado pelas autoras.

Na pesquisa bibliográfica encontramos apenas seis artigos declaradamente com autoria indígena, no corpo do texto. O primeiro artigo foi publicado em 2010, na Venezuela, na área da Saúde e o segundo artigo, publicado em 2014, com contribuições da Psicologia, Filosofia e Cultura. Os quatro artigos seguintes foram publicados em 2021 e 2022, sendo respectivamente dos campos da Saúde Pública, Antropologia, Antropologia Social, Ciências Sociais e Educação, apresentando assim, um hiato de sete anos de ausência de artigos com autorias indígenas.

Discussão

Os países que mais aparecem nas publicações são o México (n = 21) e o Brasil (n = 11). Seguidos de Chile (n = 9) e Bolívia (n = 7). Equador (n = 6), Peru (n = 5), Argentina (n = 4), Colômbia (n = 3), Guatemala (n = 2) e Venezuela (n = 1) são países que também aparecem nos resultados.

É de salientar a ausência de estudos realizados nos países Uruguai, Paraguai, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Honduras, Guiana*, Suriname*, Guiana Francesa*, Belize*, Jamaica*, Haiti*. Estes países não são

caracterizados politicamente como parte da América Latina, porque historicamente foram colonizados por países anglicanos, porém territorialmente se encontram na América Central ou do Sul e conseqüentemente, presume-se que ali também havia/haja povos originários quando foram invadidos e colonizados. Infelizmente não nos foi possível investigar essa evidência, deixando, contudo, o registro para posteriores estudos.

A área de conhecimento foi descrita a partir do vínculo formal das autoras e autores em seus respectivos departamentos acadêmicos. A área predominante na amostra é a Antropologia ($n = 18$), seguida da Ciências Sociais ($n = 9$). A Geografia tem seis artigos e a Sociologia e a Saúde Coletiva/Saúde Pública com cinco artigos cada. Destacamos que, do total de sessenta e nove artigos, há apenas dois artigos publicados no campo da Psicologia.

Seis artigos se apresentam tendo como autoras e autores pessoas indígenas. Esta informação foi retirada do corpo do texto dos artigos, portanto, é possível que haja mais artigos dentro da amostra que tenha autoria indígena, contudo, não houve identificação direta.

A escolha metodológica de não delimitar um período específico na procura dos artigos e concentrar-se em periódicos em campos de conhecimentos diversos que tem um nível de qualidade reconhecido no meio acadêmico, justifica-se para que possamos perceber a implicação histórica, ética e política do campo científico para com esta temática. Porém, observarmos, a partir do levantamento desses artigos, a falta de comprometimento científico e a invisibilização destas mulheres no meio científico, que vem se modificando, especialmente nos últimos dez anos.

As mulheres indígenas começam a aparecer nos artigos publicados em 1992 e em muitos destes artigos elas não aparecem como protagonistas dos objetivos do artigo. Como referido neste primeiro artigo, de 1992, da área da Nutrição, analisa a ingestão de

cálcio de famílias indígenas nos centros urbanos a partir do consumo de tortillas de farinha de milho (Krause et al., 1992). As mulheres indígenas aparecem no lugar da pessoa que gerencia o cuidado dos lares que saem de seus territórios originários e se estabelecem nas cidades. Responsáveis pela alimentação de suas famílias, as autoras e autores deste artigo analisam se, ao mudarem para os centros urbanos, elas cozinham com a mesma quantidade de farinha de milho na tortilla, alimento tradicional da comunidade indígena analisada, e qual o impacto que este consumo tem na ingestão de cálcio destas famílias.

Ao longo de toda a década de 1990, encontramos apenas mais um texto, em 1998, da Antropologia. Nele, elas aparecem de forma mais central, uma vez que o objetivo do artigo é analisar as interconexões entre gênero, classe, etnia, região e nação, com foco nas mulheres de Yucatán (Tolen, 1998).

Na década seguinte encontramos alguns poucos artigos, de áreas diversas, porém, foi a partir do ano de 2015, que se registrou uma considerável intensificação nas publicações que abordam mulheres indígenas em contextos urbanos. Destacamos alguns elementos que podem ter criado condições de possibilidade para que as mulheres indígenas em contextos urbanos tenham ganhado maior relevância no meio acadêmico.

A *Maré rosa*, no final da década de 1990, fez emergir governos mais conscientes e próximos às causas comunitárias e indígenas (Fernandes & Ribeiro, 2017; Friggeri, 2012), inclusive presenciando um aumento na representação política de lideranças indígenas. Membros de comunidades indígenas foram eleitas e eleitos para cargos públicos, contribuindo para uma maior representatividade e voz no governo. Evo Morales, indígena da etnia uru-aimara é um exemplo disso, se tornando o primeiro presidente indígena em toda a América Latina, em 2005 (Fernandes & Ribeiro, 2017).

Além de trazer maior representatividade para os povos indígenas, o seu governo criou políticas sociais voltadas para a redistribuição de recursos e combate à desigualdade para com os povos indígenas, com a criação do Ministério da Cultura e Descolonização. Este novo órgão impactou diretamente a vida dos povos indígenas, proporcionando acesso a serviços públicos, educação e saúde (Fernandes & Ribeiro, 2017; Friggeri, 2012). O governo de Morales também se destacou por ter beneficiado diretamente a vida das mulheres indígenas da etnia aimara, conhecidas como cholas, que migravam do norte do país, de suas comunidades rurais para trabalharem no comércio na capital, La Paz (Maclean, 2018).

Os artigos encontrados que se referem às mulheres indígenas na Bolívia trazem fortemente esse elemento, demonstrando como que a eleição de um presidente indígena e as políticas implementadas por esse governo trouxe avanços significativos para a vida das mulheres indígenas em contextos urbanos, oferecendo mais visibilidade, inclusão política e acesso a direitos básicos. No entanto, muitos desafios persistiram, principalmente relacionados à implementação de políticas de gênero e à luta contra a discriminação e a violência (Maclean, 2018; Maclean, 2019; Reimão & Taş, 2017, Vega, 2019).

Na área da Educação houve avanços significativos, como a criação de cursos preparatórios para professoras e professores indígenas que iniciaram como Magistério e, posteriormente, tornaram-se cursos superiores em Interculturalidade (Oliveira, 2016) e implementação de políticas afirmativas, nomeadamente no que respeita à garantia de vagas para grupos populacionais específicos nas universidades. No Brasil, a Lei de Cotas determinou que, até 2016, 50% das vagas fossem reservadas para esses grupos minoritários, proporcionalmente à sua presença na população. Antes da Lei de Cotas, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), já havia instituído a reserva de

vagas para indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em cursos técnicos de nível médio e superior oferecidos por instituições federais de ensino.

Embora essas políticas tenham sido implementadas para promover a diversidade e a inclusão de indígenas nas instituições de ensino superior, é importante destacar que houve (e ainda hoje há) resistência de uma parcela mais conservadora da população de aceitá-la. O artigo com autoria indígena, *Povo mapuche na academia: narrativas desafiadoras sobre identidades indígenas deslocadas* (Sepúlveda & Perez, 2022) fala deste desafio e da permanência de estudantes indígenas, repensando as estruturas acadêmicas para atender às necessidades específicas e a promoção de um meio universitário que de fato seja inclusivo, se coloca como questão. Ele propõe uma discussão a partir da necessidade da validação acadêmica da perspectiva de pesquisa sobre tópicos indígenas e apela à responsabilização das instituições acadêmicas para erradicar os mecanismos pelos quais a exclusão dos povos indígenas é perpetuada.

O ciberativismo e a quarta onda do feminismo podem ter influenciado o aumento da valorização da pesquisa junto da ocupação de mulheres indígenas a contextos urbanos. As interações que as redes sociais e a internet proporcionam fazem com que a ação não seja apenas individual, mas se potencialize coletivamente e seja compartilhada com outras pessoas, ampliando a força dos movimentos ativistas, ganhando cooperação, divulgação direta das pessoas envolvidas nas causas e ações alinhadas entre diferentes personalidades sociais.

O artigo *De Abya Yala ao Curdistão: consciência oposicional diferencial e articulações feministas dissidentes, descolonizadoras e despatriarcalizantes* (Maritano, 2021) analisa um encontro feminista que ocorreu na Argentina em 2019 como uma forma de articulação entre feminismos indígenas populares e plurinacionais e feminismos dissidentes na chave de uma coalizão feminista dissidente despatriarcalizante e

descolonizadora. O estudo conclui que a praça Abya Yala constituiu o cenário político para o surgimento de uma consciência crítica de natureza feminista translocal/global dissidente, descolonizadora e despatriarcalizante.

A quarta onda feminista se refere a um período mais recente do movimento feminista, que ganhou destaque a partir do início do século XXI. Cada "onda" do feminismo é caracterizada por diferentes contextos históricos, objetivos e estratégias de luta, com foco em superar desigualdades de gênero e promover a igualdade entre mulheres e homens (Ribeiro et al., 2021). A interseccionalidade na quarta onda destaca a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e diversificada, reconhecendo a multiplicidade de experiências e lutas enfrentadas por mulheres em todo o mundo, incluindo as mulheres indígenas. Desta forma, percebemos, em nossos resultados, o aumento das publicações voltadas às mulheres indígenas em contextos urbanos e inclusive o aumento das autorias indígenas nesses artigos, valorizando o lugar de fala e o protagonismo dessas mulheres na construção do conhecimento científico. Essa perspectiva contribui para a construção de um movimento feminista mais abrangente e eficaz, capaz de abordar as complexidades das diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres (Barreira et al., 2020; Ribeiro et al., 2021).

As mulheres indígenas muitas vezes estão na linha de frente na resistência à colonização contínua e à desvalorização de suas culturas. O feminismo interseccional busca abordar essas formas de opressão e reconhecer a importância da autonomia e autodeterminação das comunidades indígenas (Rodrigues & Freitas, 2021). Muitas mulheres indígenas estão envolvidas em movimentos sociais que abordam questões relacionadas à terra, meio ambiente, justiça social e direitos humanos (Longhini, 2022; Matos, 2012).

Especificamente na América Latina, destacamos os movimentos que se desenvolveram no início do século XXI, das mulheres zapatistas e das mulheres do Congresso Nacional Indígena – CNI, no México, as mulheres Mapuche, no Chile, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA, no Brasil e o Feminismo Comunitário, na Bolívia e Guatemala (Barbosa & Nóbrega, 2023). Estes movimentos ultrapassam as reivindicações específicas das relações de gênero e trazem debates interseccionais, compreendendo o patriarcado relacionado ao colonialismo e ao racismo, enquanto pilares das opressões e explorações da terra e de determinados grupos sociais, como os povos indígenas (Longhini, 2022; Barbosa & Nóbrega, 2023).

No Brasil essa luta se materializa em inúmeras ações, mas destacamos a Marchas das Mulheres Indígenas, promovida pela ANMIGA. As Marchas das Mulheres Indígenas são mobilizações e manifestações lideradas por mulheres indígenas com o objetivo de visibilizar questões específicas que afetam suas comunidades, promover a defesa de seus direitos e lutar contra várias formas de opressão.

O artigo de produção argentina *Narrativas de mulheres indígenas: histórias e significados sociais sobre a luta ancestral* (Lencina, 2020) analisa as articulações e interconexões relativas ao contexto sócio-histórico em que a luta ancestral tem sua origem e que foi transmitida geracionalmente através da narrativa das mulheres e ressalta a importância das Marchas das Mulheres Indígenas no Brasil descrevendo-as como momentos importantes de expressão coletiva, onde as mulheres indígenas buscam chamar a atenção para suas demandas e fortalecer a solidariedade entre os diferentes povos indígenas (Barbosa & Nóbrega, 2023; Terena & Terena, 2022). Ao mesmo tempo em que elas se reúnem presencialmente, utilizam-se do ciberativismo para acessar o máximo possível de mulheres indígenas ao longo do país e divulgar o evento e as discussões nas

redes sociais para que as pessoas não-indígenas também tenham acesso e possam se juntar às suas demandas.

A Primeira Marcha das Mulheres Indígenas no Brasil ocorreu em 2019, seguida por marchas em 2021 e 2023. A marcha de 2021 foi especialmente significativa, pois ocorreu em um contexto de mobilização reacionária por parte de deputados e senadores conservadores, que apresentaram uma proposta de lei de Marco Temporal. Essa proposta, considerada prejudicial para os povos indígenas, condicionava o direito à terra à presença dos indígenas nela na data da homologação da Constituição Federal, em 1988, o que excluía aqueles que foram expulsos de seus territórios por invasões (Terena & Terena, 2022).

Naquele momento, as marchas das mulheres indígenas já tinham conquistado visibilidade nacional e internacional, levando a Segunda Marcha a modificar seu objetivo principal e focar na protestação contra essa proposta de lei. O evento ganhou notoriedade e atraiu apoio de populações indígenas, não-indígenas e figuras públicas, tanto presencialmente quanto virtualmente.

A baixa representação de pesquisadoras e pesquisadores indígenas em diversas áreas acadêmicas e científicas é resultado de fatores complexos que estão interligados com questões históricas, sociais e estruturais. Historicamente, as comunidades indígenas enfrentam barreiras significativas no acesso à educação formal de qualidade. A falta de oportunidades educacionais pode limitar o número de indivíduos que buscam carreiras acadêmicas e, isso intensifica que o conhecimento a respeito dos modos de vida, culturas e desafios das mulheres indígenas nas cidades continuem a ser invisíveis ou sejam construídos a partir de um olhar externo e, por muitas vezes, colonial e opressor (Smith, 2018).

A forma que a Ciência é construída impossibilita que as formas de produção de conhecimento indígenas sejam valorizadas – uma vez que a sua maioria é oral e não “cultura”. Por esse motivo, as instituições acadêmicas nem sempre valorizam adequadamente os conhecimentos tradicionais indígenas, o que pode desencorajar a participação de pesquisadoras e pesquisadores indígenas em ambientes que não reconhecem a riqueza de suas perspectivas. Linda Smith, neozelandesa, do povo Ngāti Awa e Ngāti Porou iwi, relata que os problemas que ela enfrentava como pesquisadora indígena na universidade, trabalhando com participantes indígenas, não encontrava respaldo na literatura, deixando-a sem referências teóricas e metodológicas para tal empreitada (Smith, 2018). Ela ainda denuncia que o diálogo proposto por pessoas indígenas é muitas vezes visto como “nativista”, ingênuo e não-científico. Desprezada por colegas acadêmicos, seu discurso era colocado em um lugar de ilógico e refutado por ser uma invenção moderna do primitivismo (Smith, 2018).

Pesquisadoras e pesquisadores indígenas muitas vezes enfrentam desafios adicionais em termos de financiamento e acesso a recursos para conduzir pesquisas que se alinhem com seus interesses e perspectivas. Destacam-se problemas como a dificuldade e a permanência nas cidades, a formação básica deficitária, distância entre a realidade das terras e cultura indígena e a universidade e a dificuldade de compreensão e produção de textos acadêmicos e científicos que exigem um modo de escrita e linguagem muito diferente da língua e conhecimentos indígenas (Faustino et al., 2020).

Em 1998, a UNESCO realizou a Conferência Mundial sobre Educação Superior pontuando a necessidade de que o Ensino Superior se tornasse um espaço maior de inclusão e equidade social, democratização e impacto econômico e social. Destacou as populações indígenas, negras e pessoas com necessidades educacionais especiais e

residentes de zonas rurais como os segmentos principais para tal empreitada (UNESCO, 1998).

Muitas vezes, os povos indígenas enfrentam discriminação e estigmatização, o que pode afetar sua confiança para ingressar em ambientes acadêmicos onde a diversidade e, por conseguinte, a sua representatividade é limitada (Longhini, 2022). Ambientes acadêmicos refletem valores e perspectivas que não são representativos das experiências indígenas, desencorajando a participação desses grupos em instituições acadêmicas (Smith, 2018; Spivak, 2014).

O trabalho acadêmico muitas vezes exige que as pesquisadoras e pesquisadores estejam longe de suas comunidades de origem, e isso pode criar uma desconexão emocional e cultural, tornando a carreira acadêmica menos atrativa para pessoas indígenas. A ausência de modelos de referência, como pesquisadoras e pesquisadores indígenas bem-sucedidas/os, pode também fazer com que jovens indígenas não vejam a academia como um caminho viável para suas carreiras (Longhini, 2022).

Mulheres indígenas podem enfrentar ainda mais barreiras significativas ao acesso à educação superior, o que impacta diretamente a produção acadêmica. A falta de representação nos ambientes acadêmicos perpetua a ausência de pesquisas centradas em suas experiências (Longhini, 2022). A indígena Gení Núñez afirma que, quando entrou na universidade em 2010, as perspectivas indígenas apareciam apenas como objeto de pesquisa e raramente na autoria dos sujeitos de conhecimento. Contudo, ela afirma que esse cenário vem se transformando, por causa da pressão dos movimentos indígenas nas políticas públicas como, por exemplo, nas políticas afirmativas (Núñez & Vilharva, 2022).

A evidência de autoras mulheres indígenas ainda é sutil, mas já marca um posicionamento a respeito da presença de pesquisadoras indígenas no campo científico.

Os nossos resultados sugerem essa transformação a partir do aumento das publicações sobre mulheres indígenas em contextos urbanos e principalmente de artigos de autoras indígenas, a partir de 2010.

De fato, para as mulheres, os desafios da inclusão são potencializados pois, conforme a organização sociocultural das sociedades indígenas, elas tradicionalmente são responsáveis por muitas atividades no cotidiano da aldeia, sendo que sua presença é de suma relevância para a unidade das famílias extensas, provisão do sustento, saúde e educação dos filhos e cuidado com os mais velhos (Faustino et al., 2020).

Esta discussão nos remete a outra questão importante quando pensamos as mulheres indígenas e o conhecimento científico: analisar quais áreas do conhecimento mais se debruçam sobre este assunto e quais ainda se colocam em um lugar de não-responsabilização. Evidenciamos nesta pesquisa que a área que mais estuda os povos indígenas é a Antropologia e embora esta não seja uma evidência nova, ela ainda se perpetua atualmente.

A Antropologia é frequentemente associada à pesquisas e publicações sobre povos indígenas devido à sua tradição histórica de estudo de culturas, sociedades e modos de vida diversos. No entanto, essa associação também gera críticas e debates significativos. Algumas críticas argumentam que, historicamente, a Antropologia frequentemente esteve associada a projetos coloniais e não respeitou de forma adequada os princípios de autodeterminação das comunidades indígenas (Smith, 2018; Spivak, 2014).

Críticas, como Smith (2018) e Spivak (2014) e outras autoras com perspectivas teórico e metodológicas interseccionais, decoloniais e/ou feministas, apontam que a Antropologia, em alguns casos, pode essencializar culturas indígenas, apresentando-as de maneira homogênea ou perpetuando estereótipos, em vez de reconhecer a diversidade interna dessas comunidades. Linda Smith afirma que os povos indígenas são o povo mais

pesquisado no mundo e a principal área que os estuda é a Antropologia (Smith, 2018). Ela afirma isso de forma irônica, argumentando que a Antropologia já teve ao longo de muito tempo, uma abordagem que se refere às culturas indígenas como "exóticas" ou "primitivas", reforçando hierarquias culturais (Smith, 2018).

Questões éticas concernentes às relações entre pesquisadoras e pesquisadores e comunidades indígenas também são criticadas, especialmente quando não há um respeito adequado pelos conhecimentos locais, consentimento informado e compartilhamento justo de resultados de pesquisa. Em alguns casos, há críticas de apropriação cultural, onde pesquisadoras e pesquisadores não indígenas podem se apropriar do conhecimento indígena sem contribuir significativamente para as comunidades ou reconhecer adequadamente as fontes (Longhini, 2022; Smith, 2018; Spivak, 2014).

Uma saída para a essencialização promovida pela Antropologia seriam os estudos conduzidos pela Psicologia, especialmente pela Psicologia Social, que leva em consideração indivíduos e as suas relações sociais e tem como premissas éticas a atitude crítica, a promoção do bem-estar, igualdade, justiça social e a transformação social, tanto em nível individual, como familiar, grupal, comunitário e institucional (Calegare, 2010). Porém a escassez de publicações acadêmicas sobre mulheres indígenas no campo da Psicologia é uma preocupação significativa e reflete desafios mais amplos relacionados à representação, diversidade e inclusão em diferentes disciplinas acadêmicas.

Encontramos apenas dois artigos neste levantamento bibliográfico, contudo, eles são significativamente recentes. O primeiro artigo, de 2014, no Chile, é interdisciplinar, com autorias do campo da Psicologia, Filosofia e Cultura, sendo, inclusive, uma das autoras uma mulher indígena. Ele apresenta uma perspectiva decolonial, com o objetivo de descolonizar o conceito de violência baseada no gênero sobre mulheres da etnia *Aimara*. Este artigo também se desafia em uma autocrítica epistêmica, percebendo e

questionando os critérios da pesquisa acadêmica ocidentalizada e ao mesmo tempo propondo a conceitualização da violência a partir da cultura indígena *Aimara* (Zapata-Sepúlveda et al., 2014).

O segundo artigo publicado na Psicologia, em 2016, não tem autoria indígena e sim de uma pesquisadora da Universidade Bournemouth, Reino Unido, e ela pesquisa as representações sociais de mulheres adolescentes indígenas que vivem em centros urbanos no México, a respeito da saúde sexual. A autora utiliza a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida pelo psicólogo social romeno, radicado na França, Serge Moscovici. Ela analisa se houve mudança na forma de pensar a saúde sexual em relação ao conhecimento que essas jovens mulheres indígenas recebem ou receberam de suas ancestrais e se houve mudança, como esses processos moldam seu engajamento com valores e visões sobre a saúde sexual (Priego-Hernandez, 2016).

O campo da Psicologia muitas vezes foi criticado por seu viés cultural, centrando-se em teorias, modelos e pesquisas desenvolvidos predominantemente em contextos europeus e estadunidenses (Lacerda, 2022). Quijano (2005) explica que as perspectivas cognitivas, dos modos de produzir sentido e a experiência material e subjetiva, do imaginário e das relações intersubjetivas de indígenas latino-americanos passou por um processo de expropriação e repressão que se iniciou na época da colonização europeia, porém se manteve ao longo do tempo. No lugar dos modos de vida originários, eles e elas eram obrigados/as a aprender a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução desta dominação, no campo material, tecnológico, subjetivo e religioso (Quijano, 2005).

Este processo atravessa significativamente a Psicologia e o modo dela se relacionar com as mulheres indígenas, uma vez que ainda hoje, se pauta majoritariamente por referenciais científicos europeus, de forma acrítica (Lacerda, 2022). Isso cria uma

lacuna significativa na compreensão das experiências psicológicas das mulheres indígenas, cujas realidades culturais, sociais e históricas podem diferir substancialmente destes referenciais de uma esfera intersubjetiva que se pretende hegemônica e universal (Quijano, 2005). Além de muitas vezes não se atentar para cosmovisões outras, a pesquisa psicológica muitas vezes negligencia a interseccionalidade que atravessa a vida das mulheres indígenas nos contextos urbanos, que envolve a compreensão das interações complexas entre identidades de gênero, etnia, classe social e outras dimensões resultando em uma falta de abordagem holística nas análises das experiências de vida dessas mulheres (Tuxá, 2022).

As mulheres indígenas frequentemente enfrentam estigma e discriminação, e isso se observa tanto em contextos sociais, como em ambientes acadêmicos. Esse estigma pode ser um obstáculo para a participação delas em pesquisas e pode influenciar a abordagem das pesquisadoras e pesquisadores (Longhini, 2022; Smith, 2018). A Psicologia muitas vezes não incorpora adequadamente os conhecimentos indígenas sobre saúde mental, bem-estar e práticas terapêuticas. A falta de reconhecimento dessas perspectivas pode alienar as mulheres indígenas e desconsiderar a riqueza de seus sistemas de apoio e cuidado (Tuxá, 2022).

Abordar essa falta de publicações acadêmicas sobre mulheres indígenas na Psicologia é crucial para construir uma base de conhecimento mais inclusiva, culturalmente sensível e socialmente relevante no campo da saúde mental e do bem-estar.

Considerações finais

No caso desta pesquisa, pudemos constatar as convergências, bem como a diversidade interpretativa existente no campo científico sobre mulheres indígenas inseridas em contextos urbanos. Esse contexto nos permitiu analisar os dados, identificar lacunas e explorar novas possibilidades de pesquisa nesse campo.

A invisibilização das mulheres indígenas, percebida neste estudo, refere-se à uma marginalização sistemática e à falta de visibilidade das mulheres indígenas nas discussões, pesquisas e narrativas acadêmicas, políticas e sociais. Muitas vezes, as narrativas históricas dominantes destacam predominantemente a perspectiva masculina e branca, ignorando as contribuições e experiências específicas das mulheres indígenas (Longhini, 2022; Marrero, 2007; Spivak, 2014). Ao longo da história, elas aparecem irrisoriamente nos artigos científicos como objeto de estudo e às vezes, até mesmo, de uma forma paralela aos objetivos principais e menos ainda como protagonistas e autoras destes estudos.

Para enfrentar este problema é fundamental promover a inclusão e criar ambientes mais receptivos para pesquisadoras indígenas. Além de ampliar os campos de conhecimentos e métodos “autorizados” a produzir ciência sobre e com indígenas, para além da Antropologia e da etnografia, incluir a implementação de políticas que promovam a diversidade, a criação de programas de mentoria, o reconhecimento e valorização dos conhecimentos indígenas, além de medidas para tornar a educação mais acessível e inclusiva (Longhini, 2022; Smith, 2018). A incorporação de perspectivas indígenas na pesquisa, principalmente no que tange à Psicologia é crucial para enriquecer o conhecimento em diversas disciplinas e garantir uma representação mais equitativa e autêntica nas comunidades acadêmicas (Longhini, 2022).

Lembramos que as cidades invadiram os territórios indígenas e as mulheres indígenas sempre estiveram presentes em contextos urbanos, justamente por elas viverem anteriormente nos territórios que se tornaram cidades. A falta de dados específicos sobre elas dificulta a compreensão de suas realidades e necessidades singulares.

Trazer a vida que pulsa e que muitas vezes é silenciada promovendo um movimento de crítica a situação de colonialidade que se apropria para manter os vários

sistemas de classificação racial que desumaniza certos grupos e pessoas (Carneiro, 1995). É importante que possamos compreender a opressão como interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados principalmente quando nos referimos às mulheres indígenas, que ainda sofrem com a opressão e a subalternização através de processos combinados de racialização, colonização e exploração. Desta forma, faz -se necessário analisar e transformar o campo acadêmico, visibilizando não só as mulheres indígenas, mas também os engendramentos que fazem com que elas sejam preteridas. Enfocar nas subjetividades/intersubjetividades diversas revelando que, desagregando opressões, se faz possível no sentido de desagregar as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas, como as mulheres indígenas que vivem em contextos urbanos (Lugones, 2014).

A principal contribuição deste estudo para o campo acadêmico é a reflexão da necessidade urgente de abordar a invisibilização das mulheres indígenas em contextos urbanos a partir de uma perspectiva interseccional. A pesquisa científica necessita adotar uma abordagem interseccional, reconhecendo a interconexão entre diferentes formas de opressão, incluindo aquelas baseadas em gênero, etnia e classe social (Longhini, 2022; Lugones, 2014). Isso implica ouvir e incorporar ativamente as vozes das mulheres indígenas em pesquisas, políticas públicas e atividades de defesa, a fim de promover uma compreensão mais completa e justa de suas realidades e contribuições.

Para superar essa negligência, é crucial que pesquisadoras e pesquisadores, formuladoras e formuladores de políticas e ativistas adotem uma abordagem mais inclusiva, reconhecendo experiências das mulheres indígenas urbanas. Isso implica a coleta de dados específicos, o envolvimento direto com essas comunidades e a criação de políticas que abordem as necessidades específicas das mulheres indígenas que vivem nas

idades. Essa abordagem mais abrangente é fundamental para promover a equidade e a justiça para todas as mulheres indígenas, independentemente de onde vivam.

Referências

- Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. (2023). III Marcha das Mulheres Indígenas. <https://anmiga.org/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-2023/>
- Barbosa, L. P., & Nóbrega, L. N. (2023). A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental. *SER Social*, 25(52).
https://doi.org/10.26512/ser_social.v25i52.45426
- Barreira, M. M. L., Moreira, P. L., & Maia, L. M. (2020) O ciberativismo digital: notas para novas metodologias de pesquisa em psicologia social. In E. Cerqueira-Santos, & L. F. de Araújo (Orgs.), *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social* (pp. 158-188). EDUEP.
- Brasil. (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Brasil. (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm
- Calegare, M. G. A. (2010). Abordagens em Psicologia Social e seu ensino. *TransFormações em Psicologia*, 3(2), 30-53.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2010000200003

- Faustino, R. C., Novak, M. S. J., & Rodrigues, I. C. (2020). O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. *Revista Tempo e Argumento*, 12(29), e0103.
<https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0103>
- Ferenhof, H. A., & Fernandes, Roberto Fabiano. (2016). Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. *Revista ACB*, 21(3), 550-563. <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1194>
- Fernandes, L., & Ribeiro, D. D. F. (2017). A guinada à esquerda na América Latina: governo Evo Morales, a perspectiva de desenvolvimento e a implementação cidadã. *Desafios em tempos de oportunidades*.
- Friggeri, F. P. (2012). Uma visão do atual “populismo” latino-americano, a partir das perspectivas do Movimento Indígena. *Lutas Sociais*, (29), 31-44.
<https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18477>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade & Estado*, 31(1), 25-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Krause, V. M., Solomons, N. W., Tucker, K. L., Lopez-Palacios, C. Y., Ruz, M., & Kuhnlein, H. V. (1992) Rural-urban variation in the calcium, iron, zinc and copper content of tortillas and intake of these minerals from tortillas by women in Guatemala. *Ecology of Food and Nutrition*, 28(4), 289-297.
<http://dx.doi.org/10.1080/03670244.1992.9991282>
- Lacerda, L. F. B. (2022). Prefácio. In: *Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos[as] (Org.), Pintando a Psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil (Saberes Tradicionais, v. 5)*. Casa Leiria.

- Lencina, R. (2020). Narrativas de mujeres indígenas: relatos y significaciones sociales sobre la lucha ancestral. *Patrimônio e Memória*, 16(1), 348-364.
- Longhini, G. D. N. (2022). *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- Macleane, K. (2018). Envisioning gender, indigeneity and urban change: the case of La Paz, Bolivia. *Gender, Place & Culture*, 25(5), 711-726. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2018.1460327>
- Macleane, K. (2019). Fashion in Bolivia's cultural economy. *International Journal of Cultural Studies*, 22(2), 213-228. <https://doi.org/10.1177/1367877918821233>
- Marcha das Mulheres Indígenas. (2021). Documento Final da Marcha das Mulheres Indígenas (2019). *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, 7(2), 339-345. <https://doi.org/10.26512/insurgncia.v8i2.39122>
- Maritano, O. (2021). From Abya Yala to Kurdistan. Differential Oppositional Consciousness and Decolonizing and Depatriarchalizing Dissident Feminist Articulations. *Cuadernos Inter.cambio sobre Centroamérica y el Caribe*, 18(2), 254-277. <http://dx.doi.org/10.15517/c.a..v18i2.47138>
- Marrero, L. (2007). *Mulheres indígenas Suruí: narrativas sobre saúde e doença relacionadas às experiências sexuais e reprodutivas* [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz].
- Matos, M. H. O. (2012). Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In A. Sacchi & M. M. Gramkow (Orgs.), *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos*

- para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia".
Museu do Índio, GIZ, FUNAI.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto: Enfermagem*, 17(4), 758-764.
- Núñez, G., & Vilharva, N. (2022). Artesanato narrativo e as teias da palavra: Perspectivas Guarani de resistência. *Revista Feminismos*, 10(2 e 3).
- Oliveira, L. A. A. (2016). A formação de professores indígenas nas universidades no âmbito do PROLIND/MEC (2005-2010). In L. A. A. Oliveira (Org.), *A questão indígena na educação superior* (pp. 9-13, n. 10). Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. <https://flacso.org.br/files/2017/12/Caderno-GEA-10-digital.pdf>
- Priego-Hernández, J. (2016). Sexual health in transition: A social representations study with indigenous Mexican young women. *Journal of Health Psychology*, 22(5), 661-673. <https://doi.org/10.1177/1359105315611954>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas* (pp. 107-30). Clacso.
- Reimão, M. E., & Taş, E. O. (2017). Gender Education Gaps among Indigenous and Non-Indigenous Groups in Bolivia. *Development and Change*, 48(2), 228-262. <https://doi.org/10.1111/dech.12292>
- Ribeiro, D., Nogueira, C., & Magalhães, S. I. (2021). As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 1(3), 57-76. <https://doi.org/10.53282/sulsul.v1i03.780>

- Rodrigues, C., & Freitas, V. G. (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (34), e238917. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>
- Scherer-Warren, I. (2013). Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*, 1(1), 187-218. <https://doi.org/10.20336/rbs.29>
- Sepúlveda, D., & Pérez, C. (2022). Mapuche people in academia: Challenging narratives about displaced indigenous identities. *Human Arenas*, 1-18. <https://doi.org/10.1007/s42087-022-00308-4>
- Smith, L. T. (2018). *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. EUFPR.
- Souza, M. T. de., Silva, M. D., & Carvalho, R. C. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Spivak, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Terena, C., & Terena, I. (2022). 2a Marcha das mulheres indígenas. *Sens public*, SP1656. <https://doi.org/10.7202/1098434ar>
- Tolen, R. (1998). Reinventing Ethnicity in Yucatan. *Sex Roles*, 39, 643-650. <https://doi.org/10.1023/A:1018847831671>
- Tuxá, E. N. (2022). De onde falo, porquê falo, o que quero falar... In *Articulação Brasileira dos(as) Indígenas Psicólogos[as] (Org.)*, Pintando a Psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil (Saberes Tradicionais, v. 5). Casa Leiria.

UNESCO. (1998). Conferência mundial de educação superior.

http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030620161930/20030623111830

Vega, V. G. (2019). Mobility and migratory processes of the Chipaya community towards northern Chile. *Si Somos Americanos*, 19(2), 7-25.

Viana, M. D. F. M. (2023). O ciberativismo como difusão e resistência da (ciber) cultura indígena no Instagram: o caso de Samela Sateré e Tukumã Pataxó. *Cadernos de Aulas do LEA*, 12(1), 70-80.

Zapata-Sepúlveda, P., Jara-Labarthé, V., & Espinoza-Verdejo, A. (2014). It all depends on the beholder: decolonizing the concept of gender-based violence against Aymara women in northern Chile. *Qualitative inquiry*, 20(7), 928-933.
<https://doi.org/10.1177/1077800414537219>